

Diálogo entre as religiões a partir da Economia do Logos encarnado: referenciais cristológicos a partir de Claude Geffré e da *Nostra Aetate*

Dialogue between Religions Based on the Economy of the Incarnate Logos: Christological References Based on Claude Geffré and Nostra Aetate

Tiago de Fraga Gomes

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) - Brasil

Vanessa Mirapalheta Oliveira

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) - Brasil

Resumo

A presente pesquisa aborda o diálogo inter-religioso a partir da Economia do Logos encarnado, tomando como inspiração as contribuições do teólogo francês Claude Geffré e os 60 anos da Declaração *Nostra Aetate*, do Concílio Vaticano II. O problema central investiga como, a partir de uma leitura plural da Revelação cristã, é possível fundamentar o diálogo entre as religiões sem abdicar da identidade cristã. Os objetivos consistem em explicitar o caráter dialógico da Encarnação dos Logos, superar perspectivas triunfalistas e exclusivistas do cristianismo e defender a alteridade irredutível de cada tradição religiosa. A metodologia empregada é teórico-bibliográfica, com análise crítica de documentos e autores como Geffré, Dupuis, Rahner e Faustino Teixeira. O movimento de argumentação parte do paradoxo cristológico - a plenitude qualitativa, mas não quantitativa, da Revelação em Cristo - para sustentar que nenhuma religião histórica é absoluta e que o cristianismo, por coerência com sua própria lógica encarnacional, deve abrir-se ao diálogo. As principais contribuições do estudo consistem em propor uma hermenêutica teológica que concebe o pluralismo como lugar teológico e em reafirmar a missão das religiões na cooperação para a construção de um *ethos* planetário de paz, justiça e cuidado com a casa comum.

Palavras-chave

Logos encarnado.
Diálogo inter-religioso.
Pluralismo religioso.
Claude Geffré.
Nostra Aetate.

Abstract

This research addresses interreligious dialogue from the perspective of the Economy of the Incarnate Logos, drawing inspiration from the contributions of French theologian Claude Geffré and the 60th anniversary of the Second Vatican Council's Declaration *Nostra Aetate*. The central problem investigates how, based on a pluralistic reading of Christian Revelation, it is possible to ground dialogue between religions without relinquishing Christian identity. The objectives are to clarify the dialogical nature of the Incarnation of the Logos, overcome triumphalist and exclusivist perspectives of Christianity, and defend the irreducible otherness of each religious tradition. The methodology employed is theoretical and bibliographical, with a critical analysis of documents and authors such as Geffré, Dupuis, Rahner, and Faustino Teixeira. The argumentation stems from the Christological paradox—the qualitative, but not quantitative, fullness of Revelation in Christ—to argue that no historical religion is absolute and that Christianity, consistent with its own incarnational logic, must open itself to dialogue. The study's main contributions consist of proposing a theological hermeneutics that conceives pluralism as a theological place and reaffirming the mission of religions in cooperating in the construction of a planetary *ethos* of peace, justice, and care for our common home.

Keywords

Incarnate Logos.
Interreligious dialogue.
Religious pluralism.
Claude Geffré.
Nostra Aetate.

Introdução

A presente pesquisa segue uma metodologia teórico-bibliográfica e inspira-se na celebração dos 60 anos da Declaração *Nostra Aetate*, do Concílio Vaticano II, para abordar o tema do diálogo entre as religiões a partir do referencial teórico elaborado pelo teólogo francês Claude Geffré a respeito da Economia do Logos encarnado como sacramento de uma Economia mais vasta que coincide com a atuação do Logos eterno de Deus na história cultural e religiosa da humanidade (1993, p. 366; 2013a, p. 5). A questão que move a presente pesquisa é a seguinte: partindo de uma leitura plural da Economia da Revelação cristã, como fundamentar o diálogo entre as religiões partindo do próprio cerne da fé cristã? No intuito de responder a essa questão, pretende-se partir da Economia do *Logos* encarnado, a fim superar a pretensão triunfalista cristã de esgotar toda a possibilidade de expressão do Mistério divino presente e atuante na história humana, ressaltando e defendendo a alteridade irreduzível de cada experiência religiosa.

O *Logos* divino encarnado é ontologicamente dialógico (Jo 1,1-18). O *Logos* abraça a totalidade da história. O *Logos* que assume a natureza humana em Jesus de Nazaré, torna-se o ponto de convergência de todo processo da autocomunicação divina, assumindo uma dinâmica encarnacional que de modo algum obscurece a presença e a ação permanentes do *Logos* divino na história humana. Nesse sentido, a contingência da encarnação do *Logos* e a universalidade de sua manifestação caminham de mãos dadas na Economia salvífica (O’Leary, 1994, p. 280). A Pessoa divina do *Logos* não se esgota nos elementos de sua aparição histórica, pois esta lhe confere limitações inevitáveis (Dulles, 1992, p. 190). A originalidade do cristianismo expressa-se na dinâmica dialógica da encarnação do *Logos* divino, em um movimento no qual Deus se revela ao ser humano em sua intimidade, convida a humanidade à participação na vida divina (Daniélou, 1958, p. 128-131; 1963, p. 17). Esse convite permanece atuante na história das religiões.

A Economia do *Logos* encarnado, conforme apresentada pela Constituição Dogmática *Dei Verbum* (n. 2), revela uma dimensão profundamente dialógica da História da Salvação. Ao afirmar que o Deus invisível fala aos homens como a amigos, o Concílio Vaticano II sublinha que a Revelação não se configura como imposição autoritária, mas como autocomunicação de Deus, que se dá no horizonte da amizade, da liberdade e da abertura ao outro. A Encarnação do Verbo, nesse sentido, não apenas inaugura o ponto culminante do desígnio salvífico, mas também estabelece um paradigma relacional que atravessa toda a vida cristã e a missão da Igreja. A História da Salvação, vista sob essa ótica, não é um monólogo divino, mas uma trama dialogal em que Deus se envolve com a humanidade, respeitando sua historicidade e promovendo a participação ativa da pessoa humana. Essa perspectiva dialógica implica, ao mesmo tempo, o reconhecimento dos limites inerentes ao cristianismo histórico e à própria humanidade de Jesus.

O Cristo encarnado, embora seja o *Logos* eterno de Deus, assumiu plenamente a condição humana, com sua contingência e fragilidade, exceto no pecado. Esse dado teológico tem profundas implicações hermenêuticas: se a Revelação se manifesta na carne de Jesus e nas mediações históricas da Igreja, ela está sujeita às linguagens, culturas e condições temporais próprias

da experiência humana. Isso não diminui a verdade do cristianismo, mas evidencia sua configuração histórica, chamada a ser constantemente interpretada e renovada na escuta do Espírito. A Igreja, por conseguinte, é convidada a reconhecer que não detém a plenitude da verdade em termos absolutos, mas a acolhe de modo progressivo, em peregrinação, dialogando com a humanidade e suas diversas expressões religiosas, culturais e filosóficas. A Economia do *Logos* encarnado confere à história da salvação uma orientação essencialmente dialogal, que relativiza toda pretensão de absolutização das formas históricas do cristianismo e recorda à Igreja de sua vocação ao encontro. Ao mesmo tempo, oferece um caminho fecundo para pensar a identidade cristã não em termos de fechamento, mas de abertura e hospitalidade, em coerência com o Deus que se comunica como amigo. Nesse horizonte, a Encarnação do *Logos* não apenas fundamenta a centralidade de Cristo na história, mas também projeta a missão da Igreja como diálogo permanente com o mundo, com as culturas e com todas as expressões da humanidade em busca da verdade.

A reflexão de Geffré sobre o diálogo inter-religioso representa uma das contribuições mais originais da teologia contemporânea no horizonte aberto pelo Concílio Vaticano II. Ao afirmar que o *Logos* feito carne se fez também dia-logos, Geffré compreende a encarnação como sacramento de uma ação mais ampla do mistério divino, cuja abrangência ultrapassa os limites visíveis da Igreja e se estende a toda a humanidade. Nesse sentido, o evento Cristo não é apenas a comunicação de uma verdade salvífica reservada aos cristãos, mas a revelação de um dinamismo dialogal que caracteriza o próprio agir de Deus no mundo. O cristianismo, portanto, é chamado a testemunhar essa lógica relacional, reconhecendo que a salvação se dá em formas plurais e que a história do Espírito não se restringe às fronteiras eclesiais. Essa perspectiva teológica convoca a um encontro real com o outro, especialmente com aquele que professa uma fé diferente. Para Geffré, esse encontro não deve ser marcado pela competição ou pelo proselitismo, mas pela percepção do outro como colaborador na missão comum de testemunhar os valores do Reino de Deus. O diálogo inter-religioso, nesse horizonte, não se reduz a uma estratégia pastoral ou diplomática, mas exprime uma dimensão constitutiva

da fé cristã: o seguimento de Jesus implica a abertura ao diferente, a hospitalidade e a busca conjunta do humano autêntico. Segundo Geffré, a identidade cristã, em vez de se fechar sobre si mesma, encontra sua verdade na descentralização, em conformidade com a própria *kenosis* do Filho de Deus (1989, p. 306; 2013a, p. 256).

Para Geffré, o encontro inter-religioso não deve ser entendido como mera estratégia pastoral ou exigência do contexto globalizado, mas como uma oportunidade teológica fundamental. Ao aproximar-se de outras tradições religiosas, o cristianismo não apenas reconhece traços comuns que expressam a busca universal pelo transcendente, mas também é provocado a redescobrir sua própria originalidade, confrontando-a com aquilo que, isoladamente, não consegue explicar ou esgotar. Esse processo não diminui a identidade cristã; ao contrário, possibilita uma reinterpretação enriquecida de sua experiência do Mistério de Deus, que é sempre maior do que as formulações humanas. A intuição de Geffré parte da convicção de que nenhuma religião, nem mesmo o cristianismo, detém em si a totalidade da verdade sobre o Mistério divino. O diálogo com outras tradições religiosas pode, portanto, iluminar aspectos ainda pouco explorados do Mistério cristão e oferecer novas linguagens e símbolos para pensar a relação do ser humano com o transcendente. O encontro inter-religioso torna-se, assim, espaço de fecundidade teológica, no qual o cristianismo é chamado a deixar-se interpelar e transformar, permanecendo fiel à sua própria identidade e, ao mesmo tempo, aberto à alteridade (Geffré, 1989, p. 220-221; 2003, p. 45-59; 2005, p. 25). Nesse sentido, o pluralismo religioso não é um obstáculo à fé cristã, mas um dado constitutivo da própria História da Salvação, que se desenrola em meio à diversidade das culturas e tradições religiosas da humanidade.

O Concílio Vaticano II representa um marco decisivo na relação da Igreja Católica com as outras religiões. O concílio reconhece, na *Nostra Aetate*, que há elementos de verdade e de santidade presentes nas outras religiões (NA, n. 2), atribuindo-lhes um valor positivo no itinerário humano de busca pelo transcendente. Essa afirmação rompe com perspectivas anteriores marcadas pelo exclusivismo soteriológico e abre um horizonte novo para o diálogo inter-religioso. No entanto, é preciso destacar que, embora o Concílio

tenha dado este passo significativo, não se pronunciou diretamente sobre a legitimidade soteriológica das outras religiões, ou seja, não declarou que elas, enquanto sistemas religiosos autônomos, possuem valor salvífico em si mesmas. A opção conciliar foi de manter uma abertura teológica, sem definir de modo conclusivo questões que envolvem a unicidade e a universalidade de Cristo e da Igreja na Economia da salvação (LG 14-16). Essa escolha se explica pelo desejo de promover o diálogo sem relativizar a fé cristã. A Igreja reafirma que Cristo é o único mediador universal da salvação, mas, ao mesmo tempo, reconhece que os não cristãos, movidos pela graça divina, podem alcançar a vida eterna. A tensão que se estabelece, *stricto sensu*, entre exclusividade cristológica e abertura dialogal, é constitutiva da hermenêutica inclusivista do Concílio Vaticano II.

O Concílio Vaticano II, em sintonia com sua intenção de atualizar a relação da Igreja com o mundo contemporâneo, manifesta uma postura firme de reprovação a toda forma de discriminação ou violência motivada por razões religiosas (NA, n. 5). Essa posição se insere no contexto histórico dos anos 1960, marcado por guerras, nacionalismos exacerbados e tensões inter-religiosas, nos quais a intolerância religiosa foi a causa de perseguições e exclusões. Sessenta anos depois, ainda precisamos dar passos na superação de muitos preconceitos. A Igreja católica, consciente de sua missão universal e do valor da dignidade humana, assume, sobretudo desde o Concílio Vaticano II, um papel de promotora da paz e da fraternidade entre os povos, reconhecendo que a religião não pode ser utilizada como justificativa para o ódio, mas como caminho de reconciliação e cooperação. Toda violência em nome da religião contradiz a centralidade da dignidade humana e compromete o testemunho evangélico. Ao reprovar toda forma de violência religiosa, o Concílio Vaticano II não apenas reage a problemas de seu tempo, mas oferece uma contribuição perene para a convivência humana. A mensagem de fraternidade e paz que emerge de *Nostra Aetate* continua a interpelar a Igreja e a sociedade contemporânea, lembrando que a verdadeira religiosidade só se realiza quando conduz ao respeito mútuo e à promoção da dignidade de todos.

O movimento de argumentação da presente pesquisa desenvolve-se a partir da constatação de que o diálogo inter-religioso não pode ser concebido como mera estratégia pastoral, mas como exigência teológica fundada na própria lógica da Encarnação. O texto parte da Economia do *Logos* encarnado como chave hermenêutica da Revelação cristã, que, embora qualitativamente plena em Cristo, é quantitativamente limitada pelas contingências históricas, o que impede qualquer absolutização do cristianismo em sua forma histórica. Parte-se do fato que o pluralismo religioso não deve ser visto como ameaça à identidade cristã, mas como lugar teológico em que a alteridade revela aspectos ainda não plenamente compreendidos do Mistério divino. O percurso investigativo caminha da crítica ao exclusivismo soteriológico para a defesa de uma teologia do diálogo, fundamentada na alteridade irreduzível das religiões, na historicidade do cristianismo e no caráter kenótico do *Logos*, que renuncia à autossuficiência para se manifestar na relação. Dessa forma, a argumentação progride em direção à formulação de um paradigma teológico em que a identidade cristã se fortalece no encontro e a missão da Igreja se traduz em hospitalidade, cooperação e busca conjunta do humano autêntico.

A Economia da Revelação cristã diante do pluralismo cultural e religioso atual

O pluralismo religioso contemporâneo constitui um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais fecundas oportunidades para a fé cristã. Diante desse contexto, torna-se necessário lançar um novo olhar sobre a Economia da Revelação, compreendendo-a não como um sistema fechado, mas como um dinamismo aberto, no qual Deus se comunica à humanidade de modo contínuo e inesgotável. Tal perspectiva exige a superação de fronteiras históricas, culturais e confessionais, na medida em que o Mistério divino ultrapassa qualquer expressão particular e resiste a toda tentativa de absolutização. O encontro com a diversidade religiosa não relativiza a singularidade da Revelação cristã, mas convida a um aprofundamento capaz de captar a riqueza de um Deus que se revela em diálogo com a história e com os povos. Essa postura rompe com paradigmas excludentes que, por séculos, limitaram a compreensão da salvação à pertença formal à Igreja. O Concílio

Vaticano II, aberto à possibilidade de salvação para todos aqueles que buscam a Deus com coração sincero (LG 16), reconhece a presença do Espírito de Deus que atua de modos múltiplos e imprevisíveis.

A distinção proposta por Geffré entre a universalidade de Cristo e a relatividade histórica do cristianismo constitui uma chave hermenêutica fundamental para compreender a dinâmica salvífica para além das fronteiras eclesiais. Essa diferenciação rompe com a tentação de identificar de forma direta e absoluta a figura de Cristo com as formas históricas do cristianismo, evitando, assim, reduzir a Revelação a categorias socioculturais limitadas. Ao mesmo tempo, permite superar o risco de um absolutismo eclesiológico que, em determinados momentos da história, conduziu a atitudes de imposição e hegemonia religiosa. Cristo, enquanto Logos eterno encarnado, é universal; mas o cristianismo, enquanto realidade histórica, é contingente, culturalmente situado e, portanto, relativo. Esse reconhecimento não diminui a fé cristã, mas a coloca em sua justa perspectiva: como mediação histórica de um Mistério divino que transcende todas as expressões humanas (Geffré, 2013a, p. 317-321).

Ao reconhecer a legitimidade da diversidade religiosa não apenas como um fato sociológico inevitável, mas como uma expressão positiva da busca humana pelo transcendente, Duquoc rompe com modelos excludentes que marcaram grande parte da história cristã. A pluralidade de tradições religiosas, longe de ser entendida como ameaça ou desvio, revela-se como campo fecundo em que a Igreja pode aprofundar a compreensão do mistério de Deus e da própria identidade cristã. Nesse horizonte, a escuta e o diálogo tornam-se exigências constitutivas da missão eclesial. A Igreja não se coloca como detentora exclusiva da verdade, mas como servidora da Palavra que a transcende. A verdade cristã, revelada em Cristo, não se impõe pela força, mas se propõe no testemunho e na abertura ao outro. A disseminação legítima das religiões, tal como formulada por Duquoc, convida a superar uma visão de unidade fundada na uniformidade e a assumir uma concepção de comunhão que valoriza a diversidade. Essa atitude exige uma conversão de mentalidade: do proselitismo à hospitalidade, da imposição à partilha, da autossuficiência

ao reconhecimento do outro como interlocutor válido e necessário (Duquoc, 2006, p. 29).

O diagnóstico de Geffré sobre o fim da ideologia universalista da cristandade revela como a modernidade deslocou a relação entre religião, política e sociedade. Para Geffré, esse fim gerou dois desfechos principais: o dualismo e o messianismo. O primeiro, em suas variantes pessimista e otimista, configura-se como uma radicalização da separação entre o temporal e o espiritual, o secular e o religioso, o profano e o sacro. O dualismo pessimista, sustentado por certo espiritualismo sectário, vê a história como espaço de perdição, abandonando-a a si mesma. Já o dualismo otimista, associado à teologia da secularização, limita a religião ao âmbito privado, restringindo-a a uma esfera interior e subjetiva. Em ambos os casos, a consequência é a marginalização do papel público das religiões e a desconsideração de sua contribuição ética e social. Em contrapartida, o messianismo, enquanto crença utópica na transformação da história, surge como alternativa que resgata a potência profética da religião. Essa dimensão messiânica atravessa diversos períodos da história e se reatualiza, de modo particular, no século XX, por meio da teologia política europeia e das teologias da libertação latino-americanas, africanas e asiáticas. Em diálogo com contextos de opressão e exclusão, tais correntes recusaram tanto o pessimismo dualista, que condenava o mundo, quanto o otimismo secularista, que reduzia a fé a uma experiência privada. A proposta dessas teologias foi recuperar a dimensão histórica da salvação, compreendendo que a fé cristã não se reduz à esfera interior ou ao além, mas implica transformação concreta da realidade social e política (Geffré, 2013a, p. 323-325; 1989, p. 242-249).

Geffré situa a fé cristã no horizonte de uma hermenêutica da encarnação, que reconhece a dimensão histórica e cultural da Revelação. Embora a mensagem cristã seja universal e destinada a toda a humanidade, ela não se apresenta como uma abstração desencarnada ou como uma ideologia alheia às diversidades culturais. Ao contrário, sua comunicação efetiva ocorre sempre por meio de mediações histórico-culturais, de linguagens limitadas e de interlocutores concretos. A universalidade da

mensagem cristã não se confunde com uniformidade, mas se realiza precisamente na diversidade das culturas e contextos. Esse dado tem implicações decisivas para a teologia contemporânea. Se a Revelação se encarna em contextos específicos, ela é sempre interpretada e assimilada de acordo com as condições cognitivas, sociais e históricas de cada época. Isso significa que o cristianismo, em sua expressão histórica, é relativo e circunscrito, sem que isso comprometa a universalidade do Cristo que anuncia. Geffré insiste que a historicidade não constitui um obstáculo à verdade da Revelação, mas é o próprio modo como o Mistério divino se dá a conhecer. A tentação de reduzir o Evangelho a um modelo cultural único, típico da cristandade e de certos exclusivismos missionários, é, segundo Geffré, contrária à lógica da Encarnação (2013, p. 359).

O pluralismo religioso, que em outros tempos poderia ser visto como uma realidade distante ou marginal, torna-se hoje uma experiência cotidiana e inevitável, visível nos encontros culturais, nos espaços urbanos e nos ambientes virtuais. “A experiência histórica contemporânea, marcada pela globalização, traz à tona a realidade incontornável do pluralismo religioso” (Gomes, 2021, p. 259). Segundo Faustino Teixeira, a atual situação planetária, marcada pela intercomunicatividade, da revolução tecnológica e da intensificação dos fluxos migratórios, provoca uma nova percepção acerca do significado da multiplicidade das religiões. Essa nova condição exige da teologia um esforço de interpretação capaz de ir além da mera tolerância, em direção a uma hermenêutica que reconheça a pluralidade como dado constitutivo da experiência humana diante do sagrado. Faustino Teixeira enfatiza que o cristianismo, assim como as demais religiões, é chamado a se repensar diante desse cenário, abandonando pretensões hegemônicas e abrindo-se a uma convivência dialógica. A multiplicidade das religiões, nesse horizonte, não deve ser entendida como ameaça, mas como oportunidade para o enriquecimento recíproco. Essa percepção remete à consciência de que a busca por Deus, ou pelo sentido último, é uma constante antropológica que se expressa de formas plurais e que nenhuma tradição pode reivindicar para si a totalidade da verdade sobre o mistério divino. Trata-se de avançar para uma teologia do pluralismo religioso que reconheça a alteridade como lugar

teológico e como possibilidade de Revelação (Teixeira, 2015, p. 1738). Para Faustino Teixeira, o pluralismo religioso deixou de ser uma questão periférica para tornar-se uma realidade estrutural e intransponível do mundo atual. Esse pluralismo não é um acidente da história, mas é fruto de processos de globalização, interdependência cultural e intensa circulação de ideias e pessoas. Nesse contexto, as religiões não podem mais se fechar em esquemas autossuficientes ou exclusivistas, mas são convocadas a assumir a diversidade como dado constitutivo da experiência humana diante do sagrado (Teixeira, 2008, p. 119-122).

Segundo Miranda, o encontro com outras religiões não deve ser compreendido apenas como exigência pastoral ou como resposta a um dado sociológico inevitável, mas como ocasião teológica fecunda, que possibilita ao cristianismo reinterpretar criativamente seu patrimônio de fé. Esse processo não dilui a identidade cristã, mas a enriquece, pois abre novos horizontes hermenêuticos que permitem perceber dimensões do Evangelho que, em contextos fechados, permaneceriam obscurecidas ou não assimiladas. Para Miranda, a fé cristã não é uma realidade estática, mas histórica e encarnada, transmitida e vivida por comunidades concretas situadas em contextos culturais específicos. Desse modo, o contato com outras tradições religiosas amplia o horizonte de compreensão e favorece a emergência de cristianismos inculturados e plurais. Trata-se de reconhecer que a universalidade da mensagem de Cristo não se identifica com a uniformidade das formas históricas do cristianismo, mas se realiza justamente na diversidade das culturas e contextos que acolhem o Evangelho. A pluralidade de expressões cristãs é, assim, não um problema a ser superado, mas um reflexo da riqueza inesgotável do Mistério de Cristo, que se encarna nas particularidades humanas. Esse processo de inculturação é teologicamente justificado pela lógica da encarnação, em que o Verbo eterno assumiu a condição concreta de um tempo, de um povo e de uma cultura. Tal paradigma indica que a fé cristã só pode se tornar viva quando enraizada nas culturas locais, reinterpretando símbolos, linguagens e práticas. O encontro inter-religioso, nesse sentido, atua como catalisador, provocando a comunidade cristã a rever seus

esquemas e a redescobrir aspectos da Revelação que dialogam com as experiências de fé de outros povos (Miranda, 1994, p. 385).

A proposta teológica de Geffré inscreve-se no horizonte da busca por uma hermenêutica do cristianismo capaz de dialogar com o mundo plural em que vivemos. Para Geffré, a teologia cristã precisa não apenas reconhecer o pluralismo religioso como um dado sociológico irreversível, mas assumi-lo como um dado teológico fundamental. O pluralismo é percebido como oportunidade de renovação da compreensão do Mistério de Deus, cuja riqueza excede qualquer formulação exclusiva e definitiva. Acolher o pluralismo implica, para a teologia, uma verdadeira conversão hermenêutica. Trata-se de abandonar uma perspectiva apologética e exclusivista, herdada da cristandade, e adotar uma postura dialógica, em que a alteridade é reconhecida como lugar teológico. Essa abertura favorece uma nova compreensão do Mistério de Deus, não mais concebido em categorias de fechamento, mas como presença inesgotável que se revela na diversidade das experiências humanas de fé (Geffré, 2013b, p. 90).

Geffré sustenta que o cristianismo, ao mesmo tempo em que se apresenta como religião da revelação definitiva em Cristo, reconhece, por coerência com a própria lógica da Encarnação, a impossibilidade de qualquer tradição histórica reivindicar incondicionalidade absoluta. Toda Revelação, ao se inscrever em circunstâncias concretas e linguagens humanas, é necessariamente limitada e provisória, incapaz de abarcar a plenitude do Mistério divino. A historicidade das mediações religiosas, inclusive do próprio cristianismo, impede que se confunda a universalidade de Cristo com a absolutização das formas históricas e culturais que a fé cristã assumiu ao longo dos séculos. O cristianismo, marcado por essa provisoriedade inerente, é chamado a reconhecer que suas múltiplas configurações históricas - desde as comunidades primitivas até as expressões culturais inculturadas nos diversos continentes - não manifestam em plenitude a essência da mensagem evangélica. O paradoxo cristão reside, portanto, no fato de que a Revelação definitiva de Deus se dá de maneira relativa, por meio de categorias e símbolos humanos, sempre limitados. Essa consciência conduz a uma postura de humildade teológica, que se distancia de qualquer pretensão hegemônica

ou exclusivista e abre espaço para o reconhecimento da alteridade como mediação válida do mistério divino. A consequência desse paradoxo é a fundamentação do caráter dialogal do cristianismo. Ele só permanece fiel à encarnação do Logos na medida em que se dispõe a encontrar o outro, reconhecendo que a verdade de Deus não pode ser monopolizada por nenhuma forma histórica de religião. O diálogo inter-religioso, nesse horizonte, é expressão da própria lógica da Encarnação: um Deus que se faz próximo, que se comunica nas linguagens humanas e que se deixa encontrar em múltiplos contextos culturais e espirituais (Geffré, 2004a, p. 166; 1995, p. 131).

O Documento *Diálogo e Missão* (1984), publicado pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, representa um marco na reflexão da Igreja Católica sobre a presença e a ação de Deus nas tradições religiosas não cristãs. Ao sustentar que nas religiões não cristãs estão condensados elementos de verdade e graça que iluminam todo ser humano (DM 26), o documento rompe com uma visão negativa ou de suspeita acerca das outras religiões e reconhece sua dignidade intrínseca como espaços onde se manifesta, de modo misterioso, a ação universal do Espírito e do Logos divino. Esse reconhecimento implica uma mudança de paradigma: de uma perspectiva exclusivista, que reduzia as demais tradições religiosas a meros caminhos imperfeitos ou desviantes, para uma postura inclusivista, capaz de valorizar os elementos positivos que conduzem os fiéis ao encontro com Deus. Tendo em vista que a salvação de Deus não está restrita a uma religião em particular, e que a ação salvífica de Deus excede os limites visíveis e compreensíveis das instituições culturais e religiosas (Hammes; Gomes, 2019, p. 714-715), o Documento *Diálogo e Anúncio* (1991), publicado conjuntamente pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso e pela Congregação para a Evangelização dos Povos, destaca a relevância teológica das tradições não cristãs ao defender que os membros das outras religiões acolhem o dom da salvação mediado por Cristo, através da prática daquilo que é bom em suas próprias tradições (DA, n. 29). O texto reconhece uma mediação participada das religiões não cristãs no processo salvífico, o que constitui um passo decisivo na autocompreensão cristã diante do pluralismo religioso. Trata-se de

um reconhecimento de que a graça de Deus se difunde para além das fronteiras visíveis da Igreja, alcançando os homens e mulheres que buscam a verdade e a justiça nas práticas de sua fé.

Ao afirmar que a atuação do *Logos* na história é responsável pelos elementos de verdadeira Revelação e de mediação salvífica em todas as religiões, Libanio propõe uma leitura cristológica aberta, capaz de valorizar a diversidade das tradições religiosas sem cair em relativismos. A ideia de *Logos*, profundamente enraizada no prólogo do Evangelho de João (Jo 1,1-18), remete à ação criadora, sustentadora e salvífica de Deus, que permeia toda a realidade, anterior e posterior ao evento histórico de Jesus de Nazaré. O *Logos* não se restringe ao âmbito visível da Igreja, mas atua de modo universal na história da humanidade, iluminando todas as culturas e inspirando suas expressões religiosas (Libanio, 1992, p. 282). Dupuis amplia essa perspectiva ao defender que a ação universal do Espírito se antecipa ao evento Jesus Cristo e se estende para além das fronteiras do cristianismo, difundindo-se pelo mundo todo. Dupuis propõe, assim, uma compreensão pneumatológica da salvação que dilata os horizontes da cristologia clássica. Para o teólogo belga, toda experiência autêntica de Deus se dá no Espírito, que atua de forma invisível, mas eficaz, em todos os povos, culturas e religiões. Essa convicção rompe com uma visão restritiva que confina a presença salvífica de Deus ao cristianismo, sublinhando que o Espírito precede, acompanha e ultrapassa a Encarnação histórica de Cristo (Dupuis, 1999, p. 339).

Congar insiste na inseparabilidade entre o *Logos* e o *Pneuma* como dimensões constitutivas da Economia divina. Congar destaca que ambos são agentes de uma única Economia na História da Salvação, cuja ação conjunta não pode ser dissociada. O *Logos*, como Palavra de Deus, manifesta-se na Criação, na Encarnação de Cristo e no testemunho perene da Igreja; o *Pneuma* é o Sopro vital que anima e vivifica toda a realidade, conduzindo-a à sua plenitude escatológica. A influência cósmica do *Logos* e do *Pneuma* revela a amplitude da ação divina, que não se restringe às fronteiras do cristianismo, mas perpassa toda a Criação e se manifesta nas múltiplas tradições religiosas e culturais, assegurando que todo dinamismo histórico, em busca da verdade, da justiça e do bem, encontra em Deus a sua fonte última (Congar, 1985).

Segundo Dupuis, o evento-Cristo, ainda que central e definitivo, está circunscrito a uma particularidade histórica e cultural: a Palestina do século I. No entanto, a salvação realizada em Cristo não se limita a esse horizonte temporal e geográfico, pois é o Espírito quem garante sua eficácia universal e perene. A ação do Espírito se estende a todas as épocas e culturas, atuando em todos os povos e religiões, antes e além da Encarnação do Logos. Essa abordagem evidencia a inseparabilidade entre Cristo e o Espírito na Economia da Salvação. O evento-Cristo representa o ápice da Revelação divina, mas não a totalidade da atuação de Deus na história. O Espírito, que age desde a Criação como princípio vital e dinamizador, é o mesmo que plenifica a humanidade de Jesus e atualiza continuamente o Mistério pascal na Igreja e no mundo. A salvação operada em Cristo se torna eficaz universalmente pela mediação do Espírito, cuja liberdade transcende os limites espaço-temporais (Dupuis, 1999, p. 274-276).

Kasper busca superar tanto as limitações de um cristocentrismo fechado quanto as ambiguidades de um pluralismo indiferenciado. Para Kasper, a unicidade e a universalidade do mistério de Cristo se manifestam de forma mais clara quando se compreende a íntima relação entre Cristo e o Espírito. Em Cristo, plenitude da revelação, o Espírito Santo está presente em totalidade, conduzindo a encarnação, o ministério e a ressurreição do Filho. No entanto, essa presença não se limita ao acontecimento histórico de Jesus de Nazaré, mas se difunde por toda a história humana, em diferentes níveis e intensidades, garantindo a eficácia universal da salvação (Kasper, 1981, p. 379). Rahner busca conciliar a unicidade salvífica de Cristo com a realidade do pluralismo religioso. Segundo Rahner, embora em graus diferentes, as religiões podem ser consideradas legítimas, na medida em que se inserem na dinâmica abrangente da história geral da salvação. Essa perspectiva parte do princípio de que a autocomunicação de Deus, realizada plenamente em Cristo, antecede e ultrapassa os limites históricos do cristianismo institucional, alcançando todos os povos e culturas em sua condição concreta (Rahner, 1965, p. 545-565).

De acordo com Geffré, há um único plano de salvação cujo sentido final é Cristo, que se estende a toda a humanidade por caminhos misteriosos,

conhecidos apenas por Deus. Tal perspectiva conserva a unicidade da mediação de Cristo, mas a compreende de forma não exclusiva, reconhecendo que o Mistério de Deus se comunica também através das religiões não cristãs. Ao invés de ver nelas obstáculos ou meros produtos humanos sem valor salvífico, Geffré propõe considerá-las como portadoras da presença oculta do Mistério de Cristo. Essa postura marca um afastamento das concepções que, durante séculos, sustentaram que as religiões não cristãs seriam impedimentos ao verdadeiro encontro com Deus. A novidade consiste em afirmar que tais tradições, mesmo quando imperfeitas ou marcadas por limites, oferecem uma abertura à alteridade e contribuem para a humanização, constituindo mediações válidas da ação divina. Nesse horizonte, até mesmo as expressões religiosas mais rudimentares são vistas como espaços onde a graça pode atuar, preparando e orientando seus membros para o encontro com o Mistério último (Geffré, 2004a, p. 157-158).

Geffré introduz a noção de cristianidade para designar a dimensão universal e trans-histórica do Mistério de Cristo, que perpassa toda a história humana e não pode ser reduzido à experiência institucional e cultural do cristianismo. Em vez de falar em valores intrinsecamente cristãos ou em universalidade do cristianismo, Geffré prefere a expressão valores crísticos, a fim de sublinhar que a Revelação de Deus em Cristo ultrapassa as fronteiras históricas e culturais da Igreja, sem, contudo, negar a centralidade do evento-Cristo. O cristianismo histórico, por sua finitude e contingência, não é capaz de traduzir plenamente a superabundância do Mistério de Cristo; Este, em sua universalidade, constitui a mediação salvífica para toda a humanidade. Nessa perspectiva, as religiões do mundo assumem uma função mediadora: as pessoas são salvas nas e através das tradições religiosas que integram na medida em que estas contêm valores crísticos que refletem, ainda que de modo parcial, a ação universal do Logos. Contudo, Geffré frisa que não se trata de vias paralelas de salvação, como se houvesse caminhos independentes e autônomos em relação ao evento-Cristo. As religiões são antes compreendidas como quase-sacramentos da presença salvífica de Cristo: sinais reais, mas limitados, da única mediação do Logos encarnado. Geffré, assim, oferece uma contribuição decisiva para a teologia das religiões: ao

distinguir entre cristianismo e cristianidade, preserva a centralidade de Cristo sem absolutizar as formas históricas do cristianismo. Essa hermenêutica, no contexto da Economia do Logos, amplia o horizonte da salvação, resgatando a alteridade como lugar teológico e reafirmando que a universalidade de Cristo não suprime, mas valoriza a diversidade das experiências humanas de fé (Geffré, 2018, p. 54-61).

A Economia do Logos encarnado como hermenêutica do diálogo inter-religioso

O núcleo da mensagem cristã estrutura-se em torno de um paradoxo fundamental: a proximidade e a transcendência do Mistério de Deus. “Em Jesus Cristo se manifesta o Mistério que, apesar de presente na imanência da história, permanece transcendente” (Gomes, 2024, p. 494). A fé cristã professa que o Logos divino, eterno e infinito, entrou na história humana ao assumir a condição frágil da carne (Jo 1,14). Trata-se de um acontecimento singular e único na história das religiões: o próprio Deus, em sua liberdade e amor, fez-se próximo ao ponto de partilhar da temporalidade, da finitude e da vulnerabilidade humanas. A Encarnação é, portanto, ao mesmo tempo, a máxima autocomunicação de Deus e a Revelação de que o Mistério divino excede todas as categorias humanas de compreensão. Esse paradoxo exprime a tensão constitutiva da cristologia: o Logos, sendo Deus, não deixa de ser o totalmente Outro, inacessível em sua plenitude; mas, na Encarnação, torna-se o totalmente próximo, acessível e relacional. A proximidade revela-se no encontro com Jesus de Nazaré, sua vida, sua palavra e seus gestos de compaixão; o excesso, por sua vez, recorda que o Mistério de Cristo não se esgota em sua manifestação histórica, mas permanece transcendente, apontando para a realidade escatológica do Reino de Deus. A Encarnação é o lugar no qual se revela a dialética entre imanência e transcendência, proximidade e alteridade. Segundo Bruno Forte, o *Logos* encarnado não é menos *Deus absconditus* do que *Deus revelatus*, porque, ao revelar-se em Jesus Cristo, não esgota o Mistério divino que o constitui. Na perspectiva da tradição apofática, toda Revelação é verdadeira, mas nunca total, uma vez

que Deus permanece sempre maior do que as categorias humanas podem expressar (Forte, 1995, p. 107-109).

A dinâmica da Encarnação oferece à teologia um horizonte crítico que a protege das tentações recorrentes do dogmatismo doutrinal e da idolatria conceitual. O risco dessas posturas consiste em pretender encerrar o Mistério divino em esquemas intelectuais rígidos. A Encarnação do Logos não é um conceito fixo, mas um evento que continua a interpelar e desafiar a reflexão. Torres Queiruga é incisivo ao advertir contra a objetivação ou coisificação de Deus, pois a tentativa de definir Deus em categorias absolutas corre o risco de transformá-lo em um objeto manipulável, distorcendo a própria lógica do Mistério divino. Embora a realidade de Deus seja absoluta, toda formulação teológica é relativa, marcada por condicionamentos históricos, culturais e linguísticos. A consciência desse limite não diminui a validade da teologia, mas a liberta para o exercício de uma hermenêutica humilde, aberta à novidade de Deus e sensível às transformações da história (Torres Queiruga, 2010, p. 214).

Duquoc ressalta que Deus, ao revelar-se em Cristo, não anula as particularidades humanas, mas as assume e transfigura (1977, p. 142-143). Além disso, Duquoc enfatiza o caráter limitado e falível da razão diante do Mistério divino. Para ele, a falibilidade da razão e o princípio da incerteza não permitem que a teologia se converta em uma instância de fiscalização do Mistério, como se fosse uma alfândega encarregada de controlar a verdade sobre Deus. Essa metáfora crítica denuncia a tentação constante da teologia dogmática de pretender monopolizar ou encerrar a realidade divina em fórmulas fixas, conferindo a si mesma o papel de guardiã absoluta do sentido último. A falibilidade da razão não compromete a fé, mas a protege do risco da idolatria intelectual, na qual conceitos e definições passam a ocupar o lugar do próprio Deus. Tal consciência crítica possibilita à teologia abrir-se ao diálogo com outras formas de saber, especialmente no horizonte plural e complexo da contemporaneidade, evitando a arrogância de um discurso que se pretende absoluto (Duquoc, 2006, p. 97).

O cristianismo testemunha a Revelação final, entendida como irrupção

do incondicionado no condicionado. Essa formulação aponta para a tensão constitutiva da fé cristã: anunciar a plenitude da Revelação em Cristo sem absolutizar o cristianismo histórico em suas formas contingentes. A Revelação se demoniza quando perde a capacidade de remeter continuamente ao incondicionado que nela se manifesta, absolutizando suas expressões históricas como se fossem equivalentes ao próprio Mistério divino. A Revelação se profana quando reduzida à sua condição de acontecimento finito, incapaz de transcender-se, transformando-se em mera ética ou moralidade desvinculada de seu fundamento escatológico. Em ambos os casos, perde-se o dinamismo do Mistério da Encarnação, que convida ao reconhecimento de que o cristianismo fala de algo sempre maior do que si mesmo. Sendo assim, o cristianismo precisa ser compreendido em chave dialogal e despojada, consciente de que é portador de uma verdade que o transcende e que se manifesta de modos plurais ao longo da história. O paradoxo da encarnação - o Logos eterno assumindo a fragilidade humana - constitui o fundamento teológico dessa postura (Tillich, 1951, v. 1, p. 17; 1963, v. 3, p. 284).

A Encarnação é, ao mesmo tempo, Revelação e ocultamento: revela a proximidade de Deus em Cristo, mas não esgota o Mistério divino, que permanece sempre maior do que qualquer mediação histórica. Essa perspectiva impede que a fé cristã se torne exclusivista. Ao reconhecer que o Mistério divino não pode ser integralmente abarcado, Geffré sustenta que o cristianismo não tem o monopólio da experiência religiosa, nem pode excluir a legitimidade de outras tradições que identificam, de modos diversos, a presença do Absoluto. Essa abertura não relativiza o núcleo cristológico, mas o enraíza na lógica mesma da Encarnação, que implica um Deus que se doa sem se impor, que se revela sem anular a alteridade (Geffré, 2013a, p. 99). Na visão de Geffré, a teologia católica pós-conciliar avançou significativamente ao reconhecer que a Revelação divina não pode ser entendida de modo exclusivo e restritivo, mas se manifesta também de forma geral e imanente na história religiosa da humanidade. Essa perspectiva encontra fundamento na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e na Declaração *Nostra Aetate*, que ampliaram o horizonte teológico ao admitir a

presença de sementes do *Logos* nas tradições não cristãs, interpretando-as como sinais da ação universal do Espírito. Dessa forma, a Igreja é chamada a reconhecer que a Revelação cristã, embora definitiva, não pode pretender ser incondicional, uma vez que permanece sempre limitada por sua inscrição histórica e cultural (Geffré, 2013a, p. 100-101).

Rahner, consciente de que toda a humanidade participa, de algum modo, da Revelação de Deus, ainda que nem todos tenham acesso explícito à mensagem cristã, insiste que a Revelação cristã, enquanto Revelação categorial, embora definitiva, não exaure o alcance universal de uma Revelação transcendental que se difunde para além das fronteiras do cristianismo (Rahner, 1989, p. 176-198). Nessa linha, Dupuis afirma que não existe outro *Logos* além daquele que em determinado tempo e lugar assumiu a carne humana em Jesus de Nazaré. O evento da Encarnação é, portanto, singular e irrepetível, constituindo-se como a autocomunicação definitiva de Deus. Contudo, o *Logos* divino não se restringe a esse momento histórico, mas permanece ativo de modo permanente e universal como *σπερματικὸς Λόγος*, isto é, como o princípio divino que ilumina e vivifica toda a humanidade antes da encarnação e após a ressurreição. Dupuis afirma a integridade da ação contínua do *Logos*, reconhecendo que, mesmo encarnado, ele permanece sendo “a luz verdadeira que ilumina todo homem” (Jo 1,9). A encarnação não limita o *Logos* à condição histórica de Jesus, mas une a humanidade de Cristo à sua Pessoa divina, de tal modo que essa humanidade passa a integrar o próprio Mistério de Deus (Dupuis, 2002, p. 226-227).

Geffré propõe uma compreensão do cristianismo que rompe com as formas tradicionais de exclusivismo e de absorção totalizante da alteridade religiosa. Para Geffré, o cristianismo histórico não pode reivindicar para si a pretensão de integrar ou substituir a totalidade das riquezas espirituais e culturais presentes nas outras tradições religiosas. Tal postura seria incoerente com a própria lógica da Encarnação, que assume a particularidade da história sem jamais esgotar o Mistério de Deus. Geffré insiste que os valores autênticos encontrados nas outras religiões são recapitulados em Cristo, mas essa recapitulação não deve ser entendida como supressão ou anulação. Ao contrário, esses valores não desaparecem quando encontram seu

acabamento no Mistério de Cristo; continuam a ter validade em sua irreducibilidade, o que permite falar de um acabamento não totalitário das religiões não cristãs no horizonte cristão. Essa formulação marca um distanciamento das leituras clássicas da noção de cumprimento, segundo as quais as religiões eram vistas apenas como etapas transitórias ou preparatórias rumo ao cristianismo. Para Geffré, cada religião contém algo de próprio e irrepetível, uma vez que pode ser suscitada e sustentada pela ação do Espírito de Deus (2013a, p. 82-83). Da mesma forma, Torres Queiruga defende que as religiões possuem um valor intrínseco, pois nelas Deus está realmente presente, comunicando-se de forma concreta e salvífica a seus membros. Essa presença não deve ser compreendida apenas em termos de preparação ou antecipação do cristianismo, mas como expressão autêntica da autocomunicação de Deus, que se realiza de maneira plural na história da humanidade (Torres Queiruga, 2010, p. 348).

Geffré identifica limites significativos na teologia clássica da promessa e do cumprimento, sobretudo na forma como foi utilizada para pensar a relação entre o cristianismo e as outras religiões. Tal perspectiva, ao invés de respeitar a irreducibilidade de cada tradição, corre o risco de dissolver sua identidade própria, submetendo-a a um processo de absorção que culmina na anulação da alteridade. Geffré sustenta que a radicalização da teologia do cumprimento conduz a uma dinâmica de totalização. Nessa lógica, o cristianismo histórico se autocompreende como instância última e definitiva de toda a história religiosa da humanidade, detendo, em si, a totalidade da verdade. Esse fechamento identitário compromete a credibilidade da mensagem cristã em contextos de pluralismo religioso. Em vez de ser testemunho do Mistério, o cristianismo corre o risco de apresentar-se como seu monopólio (Geffré, 2013a, p. 137-138).

O diálogo entre as religiões na perspectiva de uma alteridade irreducível

A identidade cristã, longe de ser construída a partir de uma lógica de assimilação, encontra sua autenticidade na relação com as alteridades

históricas. Em vez de pretender reduzir o outro a um reflexo de si mesmo, a fé cristã é chamada a reconhecê-lo em sua diferença, escutá-lo e interpretá-lo naquilo que tem de próprio e irreduzível. O cristianismo, fundado no Mistério da Encarnação, não pode abdicar do plano histórico das alteridades, uma vez que a Revelação de Deus se dá na concretude da história e continua a manifestar-se nas mediações humanas. Faustino Teixeira destaca que a experiência da alteridade constitui o que há de mais específico na vocação cristã. A fé em Cristo conduz inevitavelmente ao encontro com o outro, porque o Deus revelado em Jesus é o Deus que se comunica no amor e na gratuidade. O diálogo inter-religioso, nesse horizonte, é expressão da própria essência da fé cristã. Reconhecer a alteridade é, ao mesmo tempo, confessar a insuficiência de qualquer tradição em abarcar plenamente o Mistério divino (Teixeira, 2003, p. 35).

Em sua filosofia do diálogo, Buber oferece uma das mais fecundas contribuições para a compreensão da identidade humana em chave relacional. Para Buber, “o homem se torna eu na relação com o tu” (1977, p. 32), indicando que a constituição do sujeito não se dá em um processo isolado de autossuficiência, mas no encontro com a alteridade. É no vínculo dialógico que o ser humano constrói, aperfeiçoa e amadurece sua identidade, descobrindo-se não como uma mônada fechada, mas como um ser em permanente abertura. O diálogo, nesse sentido, é evento de reconhecimento mútuo, no qual cada pessoa se vê convocada a acolher o outro em sua dignidade e singularidade. A relação eu-tu não instrumentaliza o interlocutor, mas o reconhece como fim em si mesmo, o que dá ao diálogo um valor ético e existencial fundamental. O diálogo inter-religioso, em sua complexidade e riqueza, não pode ser reduzido a um simples exercício de tolerância ou de convivência pacífica entre tradições distintas, mas exige criatividade, disposição para a escuta e abertura para novas formas de encontro que respondam às exigências da contemporaneidade. “É necessário promover percursos de encontro” (Gomes, 2022, p. 391).

O diálogo genuíno, de acordo com o Decreto *Unitatis Redintegratio*, permite a aquisição de um conhecimento mais aprofundado e a formação de uma opinião mais correta sobre os aspectos que compõem complexidade da

doutrina e da vida das outras tradições religiosas (UR, n. 4). O caminho do diálogo inter-religioso e ecumênico não pode ser trilhado sem uma consciência crítica em relação ao peso dos equívocos herdados do passado. Durante séculos, a história das religiões foi marcada por incompreensões, hostilidades e conflitos que geraram feridas profundas na memória coletiva das tradições. A inércia e a indiferença diante dessa herança, associadas a um conhecimento recíproco insuficiente, apenas agravam tal situação, perpetuando estereótipos e distanciamentos. É nesse horizonte que se insere a proposta da encíclica *Ut Unum Sint* (UUS, n. 2), ao convocar as comunidades cristãs e religiosas à purificação da memória histórica como condição imprescindível para empreender uma compreensão renovada do outro. Os preconceitos funcionam como barreiras epistemológicas e espirituais, pois impedem que se compreenda de forma adequada o caminho histórico percorrido pelas outras tradições religiosas, as razões pelas quais elaboraram suas crenças, ritos e modos de vida. Antoniazzi, ao refletir sobre a dinâmica contemporânea do pluralismo religioso, propõe uma relação entre diálogo inter-religioso e libertação social, pois não se pode compreender o diálogo apenas como exercício de tolerância; trata-se de uma dimensão prática e transformadora, enraizada na história e nos desafios concretos da humanidade. Antoniazzi recorda que, nos últimos séculos, o Ocidente cristão foi palco de práticas colonizadoras e opressoras que subjugaram povos inteiros, avassalando suas culturas e religiões. Essa memória histórica exige um discernimento teológico apurado, capaz de assumir uma postura crítica diante das heranças coloniais e de se abrir para formas mais justas e solidárias de relação com a alteridade religiosa (Antoniazzi, 1993, p. 122-126).

Nesse sentido, Bizon apresenta modalidades concretas pelas quais o diálogo pode se desenvolver. O primeiro nível é o diálogo vital, que se realiza nas relações cotidianas de amizade e partilha de vida entre pessoas de diferentes crenças. O segundo nível é o diálogo social, no qual comunidades religiosas distintas se unem em ações concretas em prol dos necessitados, dos empobrecidos e das vítimas das injustiças sociais, além de se engajarem conjuntamente na defesa da sustentabilidade do planeta. O terceiro nível é o diálogo teológico, resultado da colaboração entre estudiosos e representantes

de diferentes tradições que buscam compreender as convergências e lidar de maneira respeitosa com as divergências doutrinárias. O quarto nível é o diálogo místico, o mais profundo, que ocorre em experiências celebrativas e espirituais compartilhadas, nas quais as religiões se unem em defesa da vida, da paz e da justiça, testemunhando que o Mistério divino se faz presente para além das fronteiras religiosas (Bizon, 2017, p. 9-10).

Geffré interpreta o contexto contemporâneo como a entrada da humanidade em uma idade planetária, marcada pela consciência crescente da interdependência entre povos, culturas e religiões. Tal consciência, que encontra eco nas palavras do Papa Francisco em *Laudato Si'* (n. 164), revela que a sobrevivência da humanidade e a preservação do planeta dependem de uma convivência saudável e responsável entre todos os habitantes da Terra, concebida como Casa Comum. Geffré propõe uma releitura radical do termo ecumenismo, tradicionalmente associado ao diálogo entre as diferentes confissões cristãs. Para Geffré, diante das urgências humanitárias e ecológicas do presente, é necessário constituir um ecumenismo planetário que ultrapasse os limites confessionais e abarque toda a *oikouμένη* - a terra habitada. Não se trata apenas de promover a unidade entre cristãos, mas de convocar todas as tradições religiosas, espirituais e filosóficas a se engajarem em um esforço conjunto em prol da vida. A urgência das crises contemporâneas - desigualdades sociais, migrações forçadas, violência bélica, colapso ecológico - exige que a fé se traduza em responsabilidade compartilhada, superando a lógica de fronteiras exclusivistas e assumindo uma perspectiva de solidariedade universal (Geffré, 1992, p. 74; 2006, p. 329-330; 2013a, p. 14; 2004a, p. 143-149; Gomes, 2017a, p. 56; 2017b, p. 97).

A abertura dialogal conduz, assim, a uma releitura crítica das próprias identidades religiosas, que deixam de se compreender apenas em oposição às outras, para se assumirem como participantes de uma mesma tarefa comum diante da humanidade. “A cultura do diálogo entre as religiões é uma dimensão fundamental para a construção de um caminho comum para a paz a nível planetário” (Gomes; Zeferino, 2022, p. 35). Um diálogo autêntico é capaz de oferecer às tradições religiosas uma compreensão mais ampla de sua vocação no mundo atual. “O cultivo da cultura do diálogo é fundamental no

fazer teológico em âmbito inter-religioso” (Gomes, 2023b, p. 271). O diálogo teológico possibilita uma nova autocompreensão das religiões, permitindo-lhes superar antigas querelas e rivalidades que, durante séculos, marcaram suas relações. Segundo Geffré, a relevância do diálogo teológico reside no fato de que ele possibilita às religiões perceberem que sua missão não se restringe ao âmbito interno ou confessional, mas envolve um compromisso universal com as grandes causas da humanidade (Geffré, 2004b, p. 80).

As prioridades da vida religiosa e social foram redirecionadas pelas ameaças que rondam o futuro do planeta e da humanidade. “As crescentes crises pelas quais a humanidade atravessa atualmente, fazem ver que o mundo está cada vez mais conectado, em todos os sentidos: tudo está interligado. Isso exige que se passe a olhar a vida de uma forma mais integral e integrada” (Selbach; Gomes, 2022, p. 449). Nesse contexto, as religiões não podem permanecer fechadas em si mesmas, restritas a disputas doutrinárias ou a uma missão autorreferencial. Elas são chamadas a assumir um papel ativo na formação de um *ethos* planetário, capaz de sustentar uma convivência saudável entre os povos e de promover relações justas com o meio ambiente. Nesse horizonte, “é urgente recuperar da tradição cristã a centralidade da pessoa humana e a promoção de sua dignidade, prescindindo de propostas espirituais desprovidas de comprometimento com os rostos sofredores da sociedade” (Gomes, 2023a, p. 544). A proposta de Geffré inscreve-se na consciência de que o futuro da humanidade não será garantido pela lógica da dominação, mas pela colaboração solidária entre as diferentes tradições e culturas. Essa dinâmica abre caminho para um compromisso partilhado em prol da libertação de situações de injustiça e da efetivação de novas conjunturas de paz, em sintonia com o clamor contemporâneo por uma justiça social integral e pela sustentabilidade da vida. O diálogo se dá pela capacidade de descobrir interesses vinculantes que dizem respeito a todos: a dignidade humana, o cuidado com a Criação e a busca pela justiça. Tais interesses constituem um terreno comum para a construção da paz, pois sem justiça e sem a salvaguarda do bem comum, não há possibilidade de uma convivência estável entre os povos (Geffré, 2013a, p. 119).

Considerações finais

A presente pesquisa intentou destacar que a singularidade de Jesus de Nazaré não pode ser absolutizada a ponto de excluir as demais religiões, mas, situada na universalidade do Logos eterno, revela um cristianismo não totalitário, aberto à alteridade e comprometido com a construção de um ethos planetário de paz, justiça e cuidado com a Criação. Contudo, o caminho teológico do diálogo inter-religioso permanece atravessado por questões complexas. Entre elas, destaca-se a tensão entre a unicidade de Cristo como mediador universal de salvação e a legitimidade das outras tradições religiosas como lugares teológicos onde a graça divina se manifesta. Soma-se a isso o desafio de elaborar categorias que superem a lógica clássica de cumprimento e acabamento, marcada por perspectivas totalizantes, sem cair no relativismo. A reflexão teológica precisa manter o equilíbrio entre a fidelidade à confissão cristológica e a abertura ao Mistério de Deus que se comunica de maneira plural, sem que nenhuma religião possa reivindicar para si a totalidade da Revelação.

O cenário contemporâneo apresenta novos desafios que pedem aprofundamento teológico, como a necessidade de articular o diálogo inter-religioso com as urgências ecológicas e sociais que ameaçam a sobrevivência humana, e o modo como as diferentes tradições religiosas podem, a partir de seus próprios recursos espirituais, contribuir para a formação de uma ética global vinculada à justiça, à paz e à sustentabilidade. A celebração dos 60 anos da Declaração *Nostra Aetate* do Concílio Vaticano II convida a repensar como o cristianismo pode viver sua identidade dialogal diante do pluralismo religioso contemporâneo e em meio às tensões do fundamentalismo religioso, da indiferença secular e dos conflitos culturais. Essas questões configuram um campo fértil para futuras pesquisas, nas quais o Logos encarnado continuará a ser um horizonte inspirador para o discernimento teológico e para a prática de uma convivência mais justa e solidária entre as diferentes tradições religiosas.

Referências

ANTONIAZZI, Alberto. Valor salvífico das religiões e diálogo inter-religioso. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *A Igreja católica diante do pluralismo religioso no Brasil (II)*. São Paulo: Paulinas, 1993 (Estudos da CNBB, 69), p. 117-126.

BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.

BIZON, José. Diálogo inter-religioso na compreensão e perspectiva católica. *Vida Pastoral*, São Paulo, ano 58, n. 313, p. 3-10, Jan./Fev. 2017.

BUBER, Martin. *Eu e tu*. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Cortêz & Moraes, 1977.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática Dei Verbum: sobre a revelação divina. In: COSTA, Lourenço (Org. Geral). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 4. ed. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 2007, p. 347-367.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática Lumen Gentium: sobre a Igreja. In: COSTA, Lourenço (Org. Geral). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 4. ed. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 2007, p. 101-197.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral Gaudium et Spes: sobre a Igreja no mundo de hoje. In: COSTA, Lourenço (Org. Geral). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 4. ed. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 2007, p. 539-661.

CONCÍLIO VATICANO II. Declaração Nostra Aetate: sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs. In: COSTA, Lourenço (Org. Geral). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 4. ed. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 2007, p. 339-346.

CONCÍLIO VATICANO II. Decreto Unitatis Redintegratio: sobre o ecumenismo. In: COSTA, Lourenço (Org. Geral). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 4. ed. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 2007, p. 215-240.

CONGAR, Yves Marie-Joseph. *La Parola e il Soffio*. Trad. Pierpaolo Brugnoli. Roma: Borla, 1985.

DANIÉLOU, Jean. *Il mistero della salvezza delle nazioni*. Brescia: Morcelliana, 1963.

DANIÉLOU, Jean. *Saggio sul mistero della storia*. Brescia: Morcelliana, 1958.

DULLES, Avery. *Models of revelation*. 2. ed. Maryknoll, New York: Orbis Books, 1992.

DUPUIS, Jacques. *La rencontre du christianisme et des religions: de l'affrontement au dialogue*. Paris: Cerf, 2002.

DUPUIS, Jacques. *Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso*. Trad. Márcia de Almeida; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 1999.

DUQUOC, Christian. *A teologia no exílio: o desafio da sobrevivência da teologia na cultura contemporânea*. Trad. Gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 2006.

DUQUOC, Christian. *Dieu différent: essai sur la symbolique trinitaire*. Paris: Cerf, 1977.

FORTE, Bruno. *Teologia da história: ensaio sobre a revelação, o início e a consumação*. Trad. Ignácio Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015.

GEFFRÉ, Claude. A crise da identidade cristã na era do pluralismo religioso. *Concilium*, Petrópolis, n. 311, p. 13-28, 2005.

GEFFRÉ, Claude. *Como fazer teologia hoje: hermenêutica teológica*. Trad. Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1989.

GEFFRÉ, Claude. *Crer e interpretar: a virada hermenêutica da teologia*. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2004a.

GEFFRÉ, Claude. *De Babel à Pentecostes: ensaios de teologia inter-religiosa*. São Paulo: Paulus, 2013a.

GEFFRÉ, Claude. From the theology of religious pluralism to an interreligious theology. In: KENDALL, D; O'COLLINS, G. *Many and diverse ways: in honors of Jacques Dupuis*. New York: Orbis Books, 2003, p. 45-59.

GEFFRÉ, Claude. Jesus Christus, der alleinige Retter der Welt. *Wort und Antwort: Dominikanische Zeitschrift für Glauben und Gesellschaft*, Ostfildern, v. 2, n. 59, p. 54-61, Abr./Jun. 2018.

GEFFRÉ, Claude. La responsabilité de la théologie chretienne à l'âge du pluralisme religieux. In: DEMAISON, M. (Org.). *La liberté du théologien*. Paris: Cerf, 1995, p. 123-135.

GEFFRÉ, Claude. La singularité du christianisme à l'âge du pluralisme religieux. In: DORÉ, Joseph; THEOBALD, Christoph (Org.). *Penser la foi*. Recherches de théologie aujourd'hui: mélanges offerts à Joseph Moingt. Paris: Cerf, 1993, p. 351-369.

GEFFRÉ, Claude. *Le christianisme comme religion de l'évangile*. Paris: Cerf, 2013b.

GEFFRÉ, Claude. Le fondement théologique du dialogue interreligieux. *Chemins de Dialogue*, Marseille, n. 2, p. 73-103, 1992.

GEFFRÉ, Claude. O Deus de Jesus e os possíveis da história. *Concilium*, Petrópolis, n. 308, p. 74-83, 2004b.

GEFFRÉ, Claude. O futuro da religião entre fundamentalismo e modernidade. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *Teologia para outro mundo possível*. Trad. Luís Marcos Sander; Jaime A. Clasen. São Paulo: Paulinas, 2006.

GOMES, Tiago de Fraga. Diálogo ecumênico, promoção humana e busca da paz. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 51-64, 2017a.

GOMES, Tiago de Fraga. Educar para a cultura do encontro: uma perspectiva teológico-pastoral. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 32, n. 3, p. 388-398, 2022.

GOMES, Tiago de Fraga. Hermenêuticas da Revelação cristã na esfera pública. *Davar Polissêmica*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 538-546, 2023a.

GOMES, Tiago de Fraga. O pluralismo religioso no horizonte de um ecumenismo planetário em Claude Geffré. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 92-102, 2017b.

GOMES, Tiago de Fraga. Revelação divina e realização humana. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 34, n. 3, p. 493-502, 2024.

GOMES, Tiago de Fraga. Teologia fundamental na esfera pública. *Davar Polissêmica*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 267-275, 2023b.

GOMES, Tiago de Fraga. Teologia hermenêutica e pluralismo religioso. *Davar Polissêmica*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 256-266, 2021.

GOMES, Tiago de Fraga; ZEFERINO, Jefferson. Dinâmicas urbanas e inter-religiosas e promoção da paz. *Rever*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 25-45, 2022.

HAMMES, Érico João; GOMES, Tiago de Fraga. Cristologia e diálogo entre as religiões na busca da paz em Claude Geffré. *Pistis & Práxis*, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 703-727, 2019.

JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica Ut Unum Sint: sobre o empenho ecumênico. In: COSTA, Lourenço (Org.). *Encíclicas de João Paulo II (1978-1995)*. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997, p. 1039-1128.

KASPER, Walter. *Gesù il Cristo*. 4. ed. Trad. Dino Pezzetta. Brescia: Queriniana, 1981.

LIBANIO, João Batista. *Teologia da revelação a partir da modernidade*. São Paulo: Loyola, 1992.

MARTINS, Alexandre Andrade. *Introdução à cristologia latino-americana: cristologia no encontro com a realidade pobre e plural da América Latina*. São Paulo: Paulus, 2014.

METZ, Johann Baptist. *Mística de olhos abertos*. Trad. Inês Antonia Lohbauer. São Paulo: Paulus, 2013.

MIRANDA, Mário de França. A configuração do cristianismo num contexto pluri-religioso. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 26, n. 70, p. 373-387, 1994.

O'LEARY, Joseph Stephen. *La vérité chrétienne à l'âge du pluralisme religieux*. Paris: Cerf, 1994.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. *Documento Diálogo e Anúncio*.

Disponível em:

<http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html>. Acesso em: 04 out. 2025.

RAHNER, Karl. Cristianesimo e religione non cristiani. In: RAHNER, Karl. *Saggi di antropologia soprannaturale*. Roma: Paoline, 1965, p. 533-571.

RAHNER, Karl. *Curso fundamental da fé: introdução ao conceito de cristianismo*. Trad. Alberto Costa. São Paulo: Paulus, 1989.

SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRISTÃOS. *Documento Diálogo e Missão: sobre a Igreja e as outras religiões*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html>. Acesso em: 04 out. 2025.

TEIXEIRA, Faustino. A teologia católica face ao pluralismo religioso. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 40, p. 1736-1754, Out./Dez. 2015.

TEIXEIRA, Faustino. O diálogo inter-religioso. In: TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Mota (Orgs.). *Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível*. Aparecida: Santuário, 2008, p. 117-211.

TEIXEIRA, Faustino. O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-38, Jul./Dez. 2003.

TILLICH, Paul. *Systematic theology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1951, v. 1.

TILLICH, Paul. *Systematic theology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1963, v. 3.

TORRES QUEIRUGA, Andrés. *Repensar a revelação: a revelação divina na realização humana*. Trad. Afonso Maria Ligorio Soares. São Paulo: Paulinas, 2010.

SELBACH, Luiz Carlos; GOMES, Tiago de Fraga. Tudo está interligado: processos educativo-pastorais a partir da Laudato Si?. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 32, n. 3, p. 448-458, 2022.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Lendo o Evangelho Segundo João*. São Paulo: Paulus, 2018.

Trabalho submetido em 04/10/2025.
Aceito em 23/12/2025.

Tiago de Fraga Gomes

Pós-Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com estágio pela Ruhr-Universität Bochum (RUB, Alemanha). Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul (PUCRS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5437-2318>. E-mail: tiago_mail@yahoo.com.br

Vanessa Mirapalheta Oliveira

Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduanda em Teologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduada em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Membro do Grupo de Pesquisa Teologia e questões eclesiológicas e pastorais (PUCRS/CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3500-5667>. E-mail: vanessamirapalheta@gmail.com